



Editor Responsável: Jorge Katsumi Niyama
Jomar Miranda Rodrigues
Editor Associado: João Abreu de Faria Bilhim
Processo de Avaliação: Double Blind Review pelo SEER/OJS

Fatores Econômicos, Financeiros e Características que Influenciam a Tempestividade da Informação Contábil do Setor Público nos Municípios de Minas Gerais

RESUMO

Objetivo: a presente pesquisa tem como objetivo identificar os elementos que influenciam a tempestividade da informação contábil do setor público, tomando como proxy a homologação dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO).

Método: foram coletados dados financeiros, demográficos e de acesso à internet dos 853 municípios do estado de Minas Gerais, referentes ao ano de 2019. Os dados foram tratados através da regressão para dados de contagem utilizando o modelo Binomial Negativo.

Originalidade/Relevância: Embora a tempestividade possibilite que os dados informados sejam disponibilizados em tempo hábil para influenciarem na tomada de decisão, a literatura ainda é escassa ao desvelar os aspectos que influenciam na tempestividade do setor público.

Resultados: os resultados demonstram que as receitas correntes e os gastos públicos com pessoal, educação, saúde e segurança influenciam positivamente na tempestividade da homologação dos RREO.

Contribuições Teóricas/Metodológicas: A contabilidade não é muito empregada como objeto de análise pela Teoria dos Stakeholders, mesmo as partes interessadas sendo frequentemente abordadas nas publicações contábeis. A literatura ainda carece de investigações mais aprofundadas sobre o tema, especialmente em contextos municipais.

Contribuições Sociais/para a Gestão: Este estudo oferece evidências sobre como os maiores investimentos realizados em educação, saúde e segurança, bem como a receita corrente e o gasto com o pessoal tendem a influenciar para uma maior tempestividade.

Palavras-chave: Tempestividade, Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária, Stakeholders, Contabilidade Pública.

How to Cite (APA)

Crino, A.L., Araújo, M. A., Pereira, N. A., Júnior, A. C. B., Ferreira, N. A. M. (2024). Fatores econômicos, financeiros e características que influenciam a Tempestividade da Informação Contábil do setor público nos municípios de Minas Gerais. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 27 (2), 310-341. <http://dx.doi.org/10.51341/cgg.v27i2.3220>

Andréia Lopes Cirino
Universidade Federal de Viçosa, MG, Brasil
andrea.cirino@ufv.br

Juliana Maria de Araújo
Universidade Federal de Viçosa, MG, Brasil
juliana.m.araujo@ufv.br

Nathália Amaral Pereira
Universidade Federal de Viçosa, MG, Brasil
nathaliaapereira@ufv.br

Antônio Carlos Brunozi Júnior
Universidade Federal de Viçosa, MG, Brasil
antonio.brunozi@ufv.br

Marco Aurelio Marques Ferreira
Universidade Federal de Viçosa, MG, Brasil
marcoaurelio@ufv.br

Recebido: Fevereiro 15, 2024
Revisado: Junho 12, 2024
Aceito: Julho 15, 2024
Publicado: Dezembro 30, 2024



1 INTRODUÇÃO

O setor público desempenha um papel fundamental na garantia da qualidade de vida de seus cidadãos, voltando-se para a cidadania e garantia de direitos por meio do provimento de bens e serviços. Os cidadãos mantêm a máquina do governo e exigem uma gestão dos recursos e do patrimônio públicos com maior eficiência/eficácia, evidenciando-se a necessidade do setor público comunicar como tem atuado (Aboukhadeer *et al.*, 2023).

Maiores índices de divulgação das informações públicas tendem a ser valorizados pela sociedade, mercado e demais governos (Troczyk *et al.*, 2022). Aos órgãos do setor público cabe prestar contas aos cidadãos e serem transparentes, disponibilizando as informações necessárias para controle, avaliação e responsabilização (Abu Bakar & Saleh, 2011). É também necessário que as informações divulgadas atendam a critérios de qualidade, viabilizando, desse modo, a avaliação do desempenho das autoridades locais (Gomes *et al.*, 2020).

A contabilidade é uma ciência fundamental para a divulgação das informações sobre o Poder Público (García-Tabuyo *et al.*, 2017). Suas informações têm como objetivo primordial informar e auxiliar no processo de tomada de decisão para os diversos *stakeholders*. Estes são definidos como partes interessadas que afetam ou são afetadas pelas ações de uma entidade (Freeman & Reed, 1983). No que tange às ações públicas, os *stakeholders* podem ser qualquer indivíduo ou organização, como os cidadãos, as Organizações da Sociedade Civil, empresas, demais entes federativos, entre outros (Riege & Lindsay, 2006).

O conceito de qualidade das informações contábeis, neste estudo, refere-se a informação capaz de atender às necessidades de seus *stakeholders*, possibilitando tomadas de decisões precisas (Batistella *et al.*, 2021; Dewi *et al.*, 2019; Tran *et al.*, 2021). De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (Cpc 00, 2019), as informações financeiras devem ser dotadas de características qualitativas a fim de serem úteis. Essas características

contribuem para melhorar a qualidade da informação contábil disponibilizada, minimizando a assimetria informacional entre Poder Público e demais *stakeholders* (Sandria et al., 2021).

Dentre as características qualitativas da informação contábil, tem-se a tempestividade, atributo que diz respeito à disponibilização da informação em tempo oportuno, a fim de que os dados fornecidos sejam capazes de auxiliar os *stakeholders* no processo de tomada de decisão. A ausência dessa característica qualitativa resulta no acesso a informações desatualizadas ou à nenhuma informação pelas partes interessadas, o que gera assimetria informacional e/ou tomadas de decisões equivocadas (Ahamed, 2020; Alashi, 2020; Dwyer & Wilson, 1989; Sandria et al., 2021; Suadiye, 2019; Alkhatib & Marjib, 2012; Türel, 2009; Abdullah, 2006).

De acordo com Edmonds e demais autores (2017), uma das principais preocupações do setor público deve ser a disponibilização de relatórios contábeis em tempo oportuno. Tendo em vista sua importância para a legitimação perante seus *stakeholders* e para uma tomada de decisão mais assertiva, a tempestividade foi objeto de estudos que se dedicaram a analisar o tema na esfera privada (Ologun et al, 2020; Suadiye, 2019; Gulec, 2017; Firth et al., 2009). Estes estudos, em resumo, objetivaram compreender os fatores que influenciavam a tempestividade dos relatórios ou das demonstrações.

No contexto brasileiro, destacam-se os estudos de Salgado e Souza (2021), Silva, Souza e Klann (2016), Altoé, Ribeiro e Colauto (2015) e Dalmácio e Rezende (2008), que analisaram, respectivamente, a tempestividade da informação contábil em empresas listadas na B3, em empresas familiares, no mercado acionário brasileiro e sua relação com os mecanismos de governança corporativa no mercado de ações. Os estudos, tanto nacionais quanto internacionais, demonstraram a importância da tempestividade para minimizar a assimetria informacional e possibilitar que informações sejam comunicadas em tempo hábil para influenciar na tomada de decisão.

No setor público, destacam-se os estudos de Dwyer e Wilson (1989) e Edmonds e demais autores (2017), nos quais é enfatizada a necessidade de diminuir o tempo da publicação dos dados contábeis nos municípios estadunidenses. Além disso, ambos destacam a necessidade de realização de pesquisas e discussões acerca do tema.

A Teoria dos *Stakeholders* aborda que a organização tem o dever de criar valor para as partes interessadas (Freeman, 2010; Freeman & Reed, 1983; Lee & Raschke, 2023; Pertiwi & Wibowo, 2023). Isso implica em se alinhar com os interesses diversos dessas partes interessadas, buscando a criação de interesses mútuos e considerando interesses conflitantes, tudo isso fundamentado em princípios éticos e voltados para a criação de valor (Lee & Raschke, 2023). Contudo, as organizações tendem a realizar atos não apenas de seu interesse, mas que visem o benefício das partes interessadas (Pertiwi & Wibowo, 2023). As organizações são construídas em torno de um propósito específico (Lee & Raschke, 2023), sendo o do setor público prestar serviços e bens públicos para a sociedade, e não a arrecadação de lucro (Meijer, 2014).

Nesse contexto, segundo Dahan, Doh e Raelin (2015) a Teoria dos *Stakeholders* é uma lente apropriada para compreender o papel do governo mediante as pressões exercidas pelos cidadãos para garantir seus direitos. A publicação de informações contábeis com qualidade e com ênfase na tempestividade está intrinsecamente relacionada à busca do poder público para se legitimar perante seus múltiplos *stakeholders*, assim a tempestividade se faz necessária tanto no setor público quanto no setor privado. Alguns estudos destacam que, diferente de outros campos, a contabilidade não é muito empregada como objeto de análise pela Teoria dos *Stakeholders*, mesmo as partes interessadas sendo frequentemente abordadas nas publicações contábeis (Ahamed, 2020; Freeman, 2010; Lee & Raschke, 2023). Apesar disto, é evidente, segundo Lee e Raschke (2023), a necessidade e os potenciais benefícios em considerar os *stakeholders* na pesquisa contábil.

Desse modo, a tempestividade das informações contábeis no setor público emerge como uma temática necessária, principalmente considerando as complexas relações que caracterizam a esfera pública. Isso porque desponta como um elemento fundamental para fomentar a confiança (ou credibilidade) e a legitimidade das ações públicas, sendo os *stakeholders* diretamente afetados pelas escolhas dos governantes. Assim, a capacidade do governo de fornecer informações oportunas não demonstra apenas transparência, mas está intrinsecamente relacionada à relação de legitimidade construída entre governo e sociedade e à produção de informações oportunas para subsidiar ações bem-sucedidas.

Não obstante, a literatura ainda carece de investigações mais aprofundadas sobre os fatores que afetam a tempestividade das informações contábeis no setor público, especialmente em contextos municipais, o que ressalta a necessidade de pesquisas que explorem as características dessa dimensão pelo enfoque dos *stakeholders*. Afinal a tempestividade, enquanto característica qualitativa da informação contábil tende a minimizar a assimetria informacional e auxiliar no controle das ações desempenhadas pelos gestores públicos.

No Brasil, uma das ferramentas criadas em prol de ampliar a transparência na gestão pública e a *accountability* é o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). Neste sistema, são disponibilizados os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO). O RREO aborda assuntos vinculados às despesas e receitas e é enviado pelo poder executivo bimestralmente, desta forma, trata-se de um instrumento de transparência de gestão. Desde 2015, ele tem sido disponibilizado online os RREO dos entes federativos. A divulgação baseia-se na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e visa deixar mais transparente a gestão pública.

Assim, esta pesquisa se apoia na Teoria dos *Stakeholders* para auxiliar na compreensão da tempestividade das informações contábeis no setor público brasileiro, bem

como dos elementos que influenciam a sua ocorrência. Diante disso, objetivou-se identificar os elementos que influenciam a tempestividade das informações contábeis do setor público nos municípios, tomando como proxy a homologação dos RREO, isto é, o momento no qual houve a validação do relatórios enviados pelos municípios.

Este estudo avança ao demonstrar a relação entre variáveis econômicas e a tempestividade dos municípios, além de reforçar a pertinência de se analisar a tempestividade no setor público. Essas descobertas têm implicações significativas para a eficácia da gestão pública local, pois uma tomada de decisão informada é fundamental para atender às necessidades da sociedade.

Após esta introdução, a pesquisa apresenta uma seção acerca da tempestividade das informações contábeis e sua relação com a Teoria dos *Stakeholders*, em que serão apresentadas as hipóteses do estudo. Posteriormente, são apresentados os procedimentos metodológicos empregados e, em seguida, os resultados da pesquisa e as discussões realizadas sobre eles com base na segunda seção. Por fim, tem-se a seção 5, na qual estão expostas as conclusões.

2 TEMPESTIVIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL E STAKEHOLDERS

O principal produto da contabilidade é a informação contábil e, portanto, é essencial que essa informação atenda a padrões de qualidade para se tornar útil (Abu Bakar & Saleh, 2011). Para isso, as informações devem possuir atributos que ampliem a sua utilidade para as partes interessadas, denominadas de características qualitativas (Ijeoma, 2014; Rudzioniene & Juozapaviciute, 2013).

A tempestividade é uma característica de melhoria (CPC 00, 2019) e preza para que a informação contábil seja disponibilizada em momento oportuno para ser útil (Ahamed, 2020; Alashi, 2020; Dwyer & Wilson, 1989; Sandria *et al.*, 2021; Suadiye, 2019), Isso garante que,

além da qualidade do conteúdo disponibilizado, também haja a rapidez na homologação (Alashi, 2020; Türel, 2009). Destarte, o acesso a informações adequadas o mais rápido possível aumenta a influência dos dados nas decisões. De modo contrário, o atraso coloca em risco a tomada de decisão (Ha *et al.*, 2018).

A evidenciação das informações contábeis está diretamente relacionada à sua qualidade, sendo que quanto mais baixa a evidência, menores são as capacidades de utilização das informações contábeis e maior a facilidade de manipulá-las (Ramos & Klann, 2019). Portanto, trata-se de um elemento importante para garantir a qualidade da informação (Ahamed, 2020) e proteger os *stakeholders* de conteúdos desatualizados (Akadakpo & Mgbame, 2018).

Os *stakeholders*, ou seja, as partes interessadas, são grupos ou indivíduos que são impactados ou capazes de impactar atos de uma entidade (Bryson, 1988; Donaldson & Preston, 1995; Freeman, 2010; Freeman & Reed, 1983; Gomes *et al.*, 2020) ou política (Brugha & Varvasovszky, 2000). A definição aponta para uma relação de impacto bidirecional entre as organizações e os *stakeholders* (Kaur & Lodhia, 2019). A Teoria dos *Stakeholders* parte da proposição de que as decisões de uma entidade devem ocorrer visando o equilíbrio e a satisfação dos interesses de seus *stakeholders*, pois estes indivíduos ou grupos são fundamentais (Freeman, 2010). Portanto, ela se direciona para compreender as relações de uma organização (privada ou pública) e seu ambiente (Gomes *et al.*, 2010).

O estudo de Gomes *et al.* (2010) identificou três categorias de *stakeholders* em municípios brasileiros: atores com poder de voto, atores com poder econômico e atores com poder político. As partes interessadas do setor público são indivíduos que geram e consomem as informações contábeis. Desta forma, a tempestividade, bem como todas as demais características qualitativas contábeis, tende a sofrer influência destes atores por fazerem parte

do ambiente em que é produzida e utilizada, assim situações políticas, econômicas e sociais interferem no processo da emissão da informação contábil (Araújo & Callado, 2020).

Com a Constituição Federal de 1988 os municípios brasileiros passaram a ter uma maior autonomia política e administrativa (Mendes *et al.*, 2018). Desta forma, passaram a ter papel de destaque devido à proximidade entre governantes e governados, promovendo práticas heterogêneas de gestão pública dentro do que a lei permite (Castro, 2003). Em virtude de ser o ente federativo mais próximo da população e de suas demandas, o município pode vir a sofrer uma maior pressão para implementar ações e emitir informações de qualidade, a fim de comunicar seus *stakeholders*.

O setor público municipal é uma organização que visa ter seus atos legitimados perante seus *stakeholders* com o objetivo de manter sua legitimidade e permanência no poder. Essa legitimidade pode ser pragmática ou social, sendo que a primeira trata do fornecimento de benefícios para os *stakeholders* trazendo o máximo desempenho para as partes interessadas. Já a legitimidade social se refere a ação de um ator social ser apropriada perante a cultura, normas sociais atuais, valores e crenças locais (Wang *et al.*, 2014).

Por exemplo, movimentos de combate à corrupção, melhoria da gestão dos recursos públicos e políticas públicas, promoção da qualidade de vida e responsabilização dos governantes por seus atos e omissões, despertaram na sociedade o interesse de participar, indagar sobre os atos Administração Pública (Silva, 2017). Destaca-se que não se trata apenas de saber quanto o governo investe em provisão de bens e serviços, mas também o resultado gerado e se esse poderia ter sido alcançado com menores custos, sendo estes elementos da gestão de entes federativos (Rezende *et al.*, 2010).

Segundo Sandria *et al.* (2021) e Dwyer e Wilson (1989), as informações financeiras dos municípios sinalizam características da gestão municipal úteis para o entendimento da tempestividade, bem como a qualidade das informações contábeis como um todo (Bashir &

Amir, 2020). Entre os dados financeiros dos municípios, tem-se o recurso gasto¹ com o pessoal.

De acordo com Sandria *et al.* (2021), os recursos gastos com pessoal são um dos mais importantes componentes organizacionais, pois tende a refletir profissionais mais especializados ou até mesmo um maior número destes. Bairral *et al.* (2015) também evidenciam que a entidades públicas com maiores gastos com pessoal tendem a melhores práticas de evidenciação voluntárias de informação, como uma forma de legitimação perante à sociedade. Desta forma, no que se refere às finanças municipais se tem como hipótese:

H1: Quanto maior o gasto com pessoal, maior a tendência de tempestividade.

Um outro elemento que retrata as finanças públicas municipais é a receita corrente líquida, indicador utilizado como um parâmetro para fins de verificação dos limites impostos pela LRF (Rodrigues, 2008). Mata (2022) verificou que os municípios do Estado do Espírito Santo com maior nível de receitas orçamentárias apresentaram também um maior nível de *disclosure*, o que pode ser explicado pelo fato de que a divulgação de informações públicas em tempo hábil requer também um volume de recursos financeiros para arcar com os custos de implementação. Diante da importância deste elemento para a gestão municipal tem-se como hipótese:

H2: Quanto maior a receita corrente líquida, maior a tendência de tempestividade.

Outro aspecto relacionado a gestão pública refere-se ao tamanho do município, haja vista que os municípios maiores tendem a possuir um número maior de movimentos sociais e/ou atos públicos que visem monitorar ações do setor público, conforme Silva (2017). Nesse sentido, o estudo de Edmonds e outros (2017) identificou que municípios com maiores populações possuem uma maior tempestividade na emissão de suas informações contábeis.

Para além do porte do município, uma maior densidade populacional aumenta a responsabilização da gestão pública, uma vez que o orçamento tende também a ser maior (Berry; Gersen, 2009). Localidades mais densas em termos populacionais também concentram cidadãos com maior nível de escolaridade, que aumentam a necessidade de responsabilização do setor público, ensejam maior nível de transparência e podem contribuir para a diminuição da corrupção no setor público (Ifeanyi & Chukwuma, 2015). Desta forma, tem-se a hipótese:

H3: Quanto maior a densidade populacional, maior a tendência de tempestividade.

A função do setor público é prover bens e serviços para os cidadãos. Neste sentido, fala-se da necessidade de assegurar a qualidade de vida para a população (Aboukhadeer *et al.*, 2023; Meijer, 2014). O desenvolvimento humano é um fator que vai influenciar a realidade e ações dos *stakeholders* (Gomes *et al.*, 2010). A fim de se legitimar como um bom governo, os gestores devem realizar a prestação de serviços públicos, que segundo a Teoria dos *Stakeholders*, será realizada de acordo com as expectativas das partes interessadas (Pertiwi & Wibowo, 2023). Desta forma, este também tende a influenciar a operacionalização das informações financeiras (Carmeli, 2008), embasando a quarta hipótese deste estudo.

H4: Quanto maior o desenvolvimento humano, maior a tendência de tempestividade.

Ademais, Carmeli (2008) demonstra que *stakeholders* com uma melhor condição social tendem a cobrar mais dos gestores, influenciando na emissão de informações contábeis com maior qualidade. Acredita-se que investimentos em áreas sociais, que favorecem o desenvolvimento humano, como a educação, saneamento básico, saúde e segurança (Fernandes *et al.*, 2018; Costa *et al.*, 2015), influenciam na cobrança por tempestividade das informações contábeis. Consequentemente, tem-se como hipóteses:

H5: Quanto maior o investimento em educação, maior a tendência de tempestividade.

H6: Quanto maior o investimento em saneamento básico, maior a tendência de tempestividade.

H7: Quanto maior o investimento em saúde, maior a tendência de tempestividade.

H8: Quanto maior o investimento em segurança, maior a tendência de tempestividade.

O estudo realizado por Carmeli (2008), em Israel, constatou que localidades onde o *status* socioeconômico dos moradores é mais elevado há uma maior participação da população na operacionalização das informações financeiras. Edmonds e outros (2017) propõem que municípios com populações mais ricas são mais opressoras quanto às obrigações governamentais. Desta forma, tem-se a hipótese:

H9: Quanto maior o Produto Interno Bruto (PIB), maior a tendência de tempestividade.

O setor público tem o objetivo de fornecer serviços públicos para a sociedade (Gomes et al., 2020). Contudo, as organizações, inclusive o setor público, têm que lidar com um grande número de *stakeholders* que, em sua grande maioria, são heterogêneos (Kaur & Lodhia, 2019). Um dos grandes problemas nos relacionamentos entre entidades e seus *stakeholders* é a assimetria informacional (Carvalho, 2021). Um fator importante para mitigar a assimetria é o uso da internet. A internet tem modificado o meio de compartilhar informações do setor público para os *stakeholders* (Duan et al., 2023; Yuen et al., 2023). Segundo Sandria et al. (2021), a utilização de internet é influente na tempestividade dos relatórios financeiros. Além disso, a internet tem promovido uma maior participação dos *stakeholders* no controle da gestão. (Carmeli, 2008; Meijer, 2007). Apresenta-se a última hipótese deste estudo:

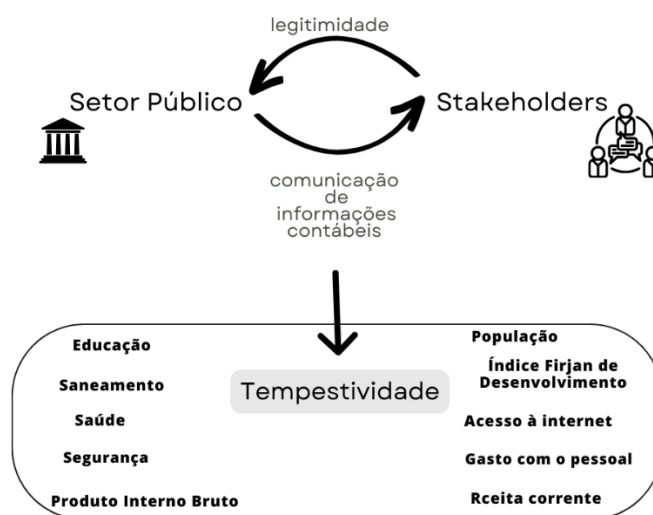
H10: Quanto maior o acesso à internet, maior a tendência de tempestividade.

Neste contexto, apresenta-se a Figura 1, na qual consta o modelo analítico com os elementos que tendem a influenciar a tempestividade das informações contábeis. Destaque-se

que devido a ciência contábil ser uma ciência social aplicada, atos da sociedade a impactam, corroborando com a Teoria dos *Stakeholders* que tem como pressuposto que elementos do ambiente organizacional e as características das partes interessadas são fortes influenciadores na relação organização e *stakeholders*. Infere-se que a tempestividade na publicação de informações contábeis dos municípios sofre influência das ações dos gestores no que tange a administração pública e a ações públicas, bem como de elementos da própria sociedade.

Figura 1

Modelo Analítico



Os elementos apresentados no modelo analítico (Figura 1) refletem características particulares de cada município, o que tende a auxiliar na compreensão da ocorrência ou não dessa característica qualitativa. Cabe destacar que os municípios, assim como outros entes federativos, sofrem com a cobrança por uma maior transparência e *accountability*. Mediante a importância de haver qualidade da informação contábil nos relatórios e outros dados contábeis comunicados pelo setor público, bem como de todas as características qualitativas que a compõem, especialmente a tempestividade, têm sido criados Leis e mecanismos a fim

de garantir a aplicação prática destes elementos, melhorando a transparência e a qualidade dos dados a fim de comunicar aos *stakeholders* informações úteis.

3 MÉTODOS

3.1 Unidades de análise e variáveis

A pesquisa possui como unidades de análise os 853 municípios do estado de Minas Gerais, localizado na região Sudeste do Brasil. Essa seleção se justifica devido ao fato de que o estado de Minas Gerais apresenta o maior número de municípios dentre todas as unidades federativas brasileiras, além de possuir uma extensa área geográfica que abriga uma diversidade de perfis municipais com características demográficas, sociais e econômicas variadas (Costa *et al.*, 2015; Fernandes *et al.*, 2018).

As informações utilizadas se referem ao ano de 2019, justificando-se pela atipicidade dos anos de 2020 e 2021 devido à pandemia de Covid-19, com possíveis reflexos em 2022. A tempestividade nesse período pode ter sido afetada por diversos fatores relacionados à pandemia. O estudo de Bryson (1988) afirma que as organizações são influenciadas por diversos fatores, como mudanças econômicas, elementos socioculturais e situações que desafiem a gestão. Desta forma, acredita-se que a Covid-19 tenha afetado a gestão pública.

De fato, Syahputra e Saraswati (2020) verificaram que a pandemia da Covid-19 afetou de forma significativa a qualidade dos relatórios financeiros públicos na Indonésia. Assim, o ano de 2019 é considerado o ano típico mais recente, proporcionando uma representação mais precisa da tempestividade municipal.

A escolha de trabalhar com a homologação dos RREO como proxy de tempestividade no setor público, ocorreu devido a estas serem informações públicas voltadas à divulgação rápida e frequente das informações contábeis. Desta forma, ao verificar se o município foi

tempestivo em cada um dos seis bimestres que compõem o ano de 2019, verifica-se a frequência e velocidade da homologação dos RREO.

A Constituição Federal de 1988, bem como a Lei Complementar nº 101 de 2000 e as Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional nº 702 de 2014, 743 de 2015, 841 de 2016 e 896 de 2017, estabelecem que o RREO deve ser enviado até trinta dias após o encerramento do bimestre, caso não haja o cumprimento do prazo estabelecido, o ente pode ser penalizado. Assim, existe uma influência constitucional para que a tempestividade ocorra.

Nesse estudo, a tempestividade é mensurada por meio da frequência e velocidade (Alashi, 2020) da homologação do RREO na base de dados pública do SICONFI. Os dados foram obtidos por meio da informação exposta no Portal sobre o município ter sido tempestivo ou não, pois, no site do SICONFI o município pode retificar o RREO, alterando assim a data de homologação. A Tabela 1 apresenta a descrição das variáveis utilizadas, bem como o embasamento teórico, relação esperada e fonte. Para identificar se o município foi ou não tempestivo foram considerados diferentes momentos, haja vista que existe a possibilidade de o município ser tempestivo ou não em cada bimestre do ano. O município deixa de ser tempestivo quando emite o RREO depois dos 30 dias após o final do bimestre. Assim, a variável recebe 0 (zero) quando o município foi tempestivo em zero bimestres, 1 (um) quando foi tempestivo em 1 bimestre, 2 (dois) quando foi tempestivo em 2 bimestres, até o máximo de 6 (seis) quando o município foi tempestivo em seis bimestres.

As variáveis foram organizadas com auxílio do software Microsoft Excel®. Por sua vez, as estatísticas e os testes empregados foram executados através do software Stata® version 15.0.

3.2 Técnicas de análise dos dados

Primeiramente, foi empregada a técnica de estatística descritiva para uma análise exploratória dos dados, evidenciando as informações sobre média, desvio-padrão, valores

máximo e mínimo. A variável de resposta (variável dependente do modelo) se trata da contagem do número de vezes que determinado evento ocorre assumindo, portanto, somente valores inteiros e não-negativos. Por isso, foi empregada a técnica de regressão para dados de contagem.

Tabela 1

Variáveis

Hipótese	Variável	Descrição	Embasamento Teórico	Fonte	Ano	Relação Esperada
-	TEMP_MULTI	Número de bimestres em que o município foi tempestivo, variando de 0 a 6.	-	SICONFI	2019	Variável Dependente
H1	gas_pess	Gasto com pessoal em relação à receita corrente líquida, em valores percentuais. (Em R\$)	Sandria; Elfiswandi; Yamashita (2021); Bashir e Amir (2020)	TCE-MG	2019	+
H2	rec_corr	Receita Corrente Líquida <i>per capita</i> . Corresponde ao valor da receita orçamentária da administração municipal, deduzidas operações de crédito, em reais correntes, por habitante. (Em R\$)	Sandria; Elfiswandi; Yamashita (2021); Bashir e Amir (2020); Rodrigues (2008).	TCE-MG	2019	+
H3	den_pop	Razão entre o número de habitantes e a área total. (Em habitantes/km ²)	Edmonds et al (2017); Gülec (2017)	IBGE	2019	+
H4	firjandesen	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico em três áreas de atuação: Emprego & renda, Educação e Saúde.	Gomes, Liddle e Gomes (2010); Carmeli (2008)	FIRJAN	2019	+
H5	gas_edu	Valor <i>per capita</i> dos gastos realizados na educação. (Em R\$)	Carmeli (2008)	TCE-MG	2019	+
H6	gas_san	Gasto com Saneamento Básico <i>per capita</i> . (Em R\$)	Carmeli (2008)	TCE-MG	2019	+
H7	gast_sau	Gasto <i>per capita</i> com atividades de saúde. (Em R\$)	Carmeli (2008)	TCE-MG	2019	+
H8	gast_seg	Gasto <i>per capita</i> com atividades de segurança. (Em R\$)	Carmeli (2008)	TCE-MG	2019	+
H9	pib	Produto Interno Bruto (PIB) <i>per capita</i> , a preços correntes (R\$ 1,00)	Carmeli (2008)	IBGE	2019	+
H10	internet	Número total de acessos de internet fixa (SCM) em serviço por habitante.	Carmeli (2008); Meijer (2007)	Ministério das comunicações	2010	+

Os modelos mais comuns para dados de contagem, que consistem em modelos de regressão não linear, são o Poisson e Binomial Negativo. Apesar de não requerer que a variável dependente possua uma distribuição de Poisson, o modelo de Poisson possui o pressuposto de equidispersão dos dados, ou seja que a variância condicional e a média sejam iguais. Caso isso não seja satisfeito, pode haver superestimação nas estatísticas t e conclusões excessivamente otimistas acerca da significância dos regressores. Por isso, nesse caso se recomenda como alternativa a utilização do modelo Binomial Negativo (Cameron & Trivedi, 1998). Para a decisão entre os modelos, são realizados testes de ajustamento, conforme será discutido na seção de resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Descrição das características dos municípios mineiros

A exploração dos dados (Tabela 2) demonstra que ainda há municípios que não foram tempestivos, mesmo com a obrigatoriedade de homologar os RREO em, no máximo, 30 dias após o final do bimestre. Evidencia-se, assim, a necessidade de avanços em ações públicas que intensifiquem e ampliem o entendimento da necessidade de disponibilizar essas informações de modo tempestivo, haja vista que existem penalizações para os municípios caso não cumpram a LRF.

Cabe destacar que a não homologação do RREO em 30 dias após o final do bimestre impede o município de contratar operações de crédito e receber transferências voluntárias até a regularização, exceto as destinadas à educação, saúde e assistência social. Nota-se que mesmo a falta de tempestividade na homologação dos RREO sendo sancionada é notável que esta ainda não atingiu o objetivo esperado.

Tabela 2*Estatísticas descritivas das variáveis*

Variável	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
temp_multi	853	2,00	1,84	0,00	6,00
gas_pest (em %)	847	49,96	4,54	22,02	66,86
rec_corr (em R\$, per capita)	847	3.485,25	1.733,32	1.336,84	23.947,14
den_pop	853	71,53	339,57	1,32	7.607,03
firjandesen	842	0,67	0,06	0,45	0,85
gas_edu (em R\$, per capita)	847	22,27	3,28	11,77	35,61
gas_san (em R\$, per capita)	686	69,99	98,67	0,01	986,76
gast_sau (em R\$, per capita)	847	807,98	344,08	227,93	4.497,47
gast_seg (em R\$, per capita)	683	9,48	12,34	0,06	166,47
pib (em R\$, per capita)	853	21.386,14	24.512,45	5.984,22	313.035,00
internet	853	0,06	0,08	0,00	1,63

Quanto às variáveis independentes, há uma amplitude significativa entre os valores mínimo e máximo das variáveis, ressaltando a heterogeneidade que há entres os municípios mineiros, corroborando com a literatura (Costa *et al.*, 2015; Fernandes *et al.*, 2018). O território do estado de Minas Gerais é marcado pela existência de municípios pequenos, evidenciado pela baixa densidade populacional, inclusive possuindo o município brasileiro com a menor população. Contudo, o estado também conta com 33 municípios com mais de 100 mil habitantes, possuindo distintas realidades econômicas, financeiras e sociais, que é demonstrada pelos resultados obtidos em consonância com estudos anteriores (Costa *et al.*, 2015; Fernandes *et al.*, 2018).

Inicialmente, ressalta-se que há pelo menos um município que investe em gastos com pessoal um valor maior do que o determinado na LRF, pois o valor máximo determinado é de 60% e o valor máximo encontrado de 66,86%, ou seja, há um aumento de 11,43%. Quanto à receita corrente, nota-se que a média é elevada em comparação com o valor mínimo, ressaltando a heterogeneidade existente. De acordo com Mendes e outros (2018, p. 931), a receita, de modo geral, é um elemento de “fundamental para a melhoria do desenvolvimento humano”.

Há, principalmente, a discrepância entre os municípios no que tange aos valores que retratam o desenvolvimento humano, como o índice FIRJAN de desenvolvimento e

investimentos realizados em saneamento básico, saúde e segurança. A menor amplitude nos valores investidos em desenvolvimento humano está na educação, sendo que a Constituição de 1988 determina que os municípios invistam, no mínimo, 25% de sua receita oriunda de impostos e transferências na manutenção e no desenvolvimento da educação. Além disso, ocorrem também transferências voluntárias do governo federal, via Ministério da Educação (MEC) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a fim de impulsionar a educação básica.

4.2 Unidades de análise e variáveis

Inicialmente as variáveis foram submetidas ao modelo Poisson sendo, em seguida, executado o teste *goodness-of-fit* para verificação acerca da super dispersão dos dados. O referido teste se mostrou significativo a 1%, confirmando a inadequação deste modelo e sendo, portanto, indicada a utilização do Binomial Negativo.

Para evitar a inclusão de variáveis explicativas altamente correlacionadas entre si foi utilizado o teste fator de inflação da variância (vif), que indicou não haver multicolinearidade no modelo. Além do que, para compreender se o resultado estava sendo afetado pelos *outliers* das variáveis (valores que destoam da média) foi realizado de forma alternativa o procedimento de *winsorização*. Este corroborou os resultados obtidos anteriormente, tanto em termos de significância estatística dos regressores quanto a opção pelo modelo Binomial Negativo.

Como as variáveis de cunho financeiro possuíam uma escala muito superior às demais, o que pode influenciar no resultado da regressão, foi feita sua transformação usando a função ln. Os resultados da regressão considerando então o Binomial Negativo se encontram na Tabela 3. Ressalta-se que o modelo final contou com 542 observações em decorrência da ausência de dados para algumas variáveis.

O gasto com o pessoal foi significativo e positivo, indicando que, quanto maior o investimento em pessoal, maior a tendência de ser oportuno, assim como a receita corrente líquida. Assim, quanto maiores esses quesitos maior a tendência de o município ser tempestivo. Desta forma, as hipóteses H1 e H2 não foram rejeitadas.

Tabela 3

Resultados da regressão com dados de contagem utilizando o modelo Binomial Negativo

Variável	Coefficiente	Erro-padrão	p-valor
pib (em ln)	0,968	0,086	0,720
rec_corr (em ln)	0,545	0,111	0,003
den_pop	1,000	0,000	0,675
firjandesen	2,754	1,760	0,113
gas_pess (em ln)	0,166	0,081	0,000
gas_edu (em ln)	2,872	0,907	0,001
gas_san (em ln)	0,975	0,021	0,256
gast_sau (em ln)	1,572	0,286	0,013
gast_seg (em ln)	0,931	0,039	0,093
internet	2,371	2,039	0,315
constante	420,73	1012,648	0,012
Informações sobre o modelo			
LR chi2(10): 36,01			
Prob > chi2: 0,000			
Número de observações: 542			
Pseudo R2: 0,0178			

Esse resultado demonstra que um maior investimento em pessoal pode acarretar a contratação de funcionários mais preparados. Uma melhor remuneração pode fazer com que os funcionários desempenhem sua função em tempo oportuno, ou então pode haver um maior número de pessoas trabalhando, fazendo com que não haja sobrecarga e proporcionando uma maior dedicação a homologação dos RREO.

As finanças municipais, representadas neste estudo por meio dos gastos com o pessoal e receita corrente líquida, retratam o gerenciamento de recursos públicos, elemento fundamental para que haja a oferta de serviços e ações públicas que atendam às necessidades da sociedade civil (Mendes *et al.*, 2018). Assim, infere-se que quando há um gerenciamento de recursos públicos com valores mais altos, maior a tendência de haver tempestividade na

homologação dos RREO, corroborando assim com os estudos de Sandria *et al.* (2021), e Dwyer e Wilson (1989).

No que tange ao tamanho dos municípios, a variável densidade populacional não se mostrou significativa, refutando a hipótese H3. Edmonds *et al.* (2017) e Gülec (2017) demonstraram que o tamanho das organizações do setor privado influencia na tempestividade, contudo, os resultados desse estudo revelaram que no setor público essa influência pode não se manter.

Em relação ao desenvolvimento humano, a variável índice FIRJAN de desenvolvimento e gastos com saneamento básico não foram significativas, rejeitando as hipóteses H4 e H6. Todavia, as variáveis referentes aos gastos com educação, saúde e segurança pública se mostraram significativas e positivas, evidenciando que o investimento nestas três áreas influencia no fato do município ser ou não tempestivo. Assim, as hipóteses H5, H7 e H8 não foram rejeitadas. Dessa forma, notou-se que elementos relacionados ao desenvolvimento humano são um fator que influencia na tempestividade da homologação dos RREO, e na realidade dos *stakeholders* conforme a literatura (Gomes *et al.*, 2010).

Outro elemento que pode justificar o índice FIRJAN de desenvolvimento não ter sido significativo na tempestividade é o fato de que a variável PIB, que representa o *status* econômico, não foi significativa, refutando a hipótese H9. Além disso, o uso da internet também não se mostrou significativo, refutando a hipótese H10. A partir dos resultados, infere-se que os valores investidos em áreas como educação, saúde e segurança influenciam a tempestividade, corroborando com o estudo de Sandria *et al.* (2021) e Carmeli (2008). Infere-se que este fato pode estar relacionado ao fato de o setor público ter como objetivo prestar serviços para a sociedade e não arrecadar lucro (Ijeoma, 2014). Assim, a gestão pública municipal tende a focar em investimentos em áreas que chamem uma maior atenção dos *stakeholders*, como saúde, educação e segurança, bem como o fornecimento de empregos na

máquina pública, visto que em cidades pequenas a prefeitura é o maior empregador. Tais ações são visadas pelos políticos com o intuito de obter a legitimação perante as partes interessadas, a fim de permanecer no poder.

A Teoria dos *Stakeholders* demonstra que elementos do ambiente organizacional e as características das partes interessadas são fortes influenciadores na relação entre a organização e os *stakeholders*. Segundo Bryson (1988), o setor público, no papel dos governantes, vai se voltar para implementar ou mitigar questões de maior interesse das partes interessadas. Neste caso, será que a tempestividade na homologação dos RREO é algo que chama a atenção dos *stakeholders*? Será que a busca e cobrança por uma maior transparência, *accountability* e qualidade das informações contábeis é algo que é cobrado e monitorado pelos *stakeholders*? Ou será algo que fica em discussão, mas que pouco se cobra caso não seja executada, no que diz respeito aos *stakeholders* que possuem direito ao voto?

A tempestividade é uma característica fundamental para melhorar a qualidade da informação contábil, contudo, apesar da existência de alguns estudos, ainda há a necessidade de entender melhor o que pode fazer com que o município seja ou não tempestivo. Avanços acerca deste entendimento são necessários a fim de garantir que mecanismos surjam em prol de fazer com que esta característica qualitativa seja amplamente implementada nos relatórios emitidos pelos entes federativos.

Desta forma, tem-se que os municípios do estado de Minas Gerais precisam caminhar para a consolidação da tempestividade na homologação do RREO, pois este é um mecanismo importante para que os *stakeholders* consigam controlar e monitorar a gestão pública. Além disso, é necessário ampliar o entendimento sobre a necessidade da tempestividade quanto uma característica indispensável nas informações prestadas pelo setor público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo identificar os elementos que influenciam a tempestividade da informação contábil do setor público, tomando como proxy a homologação dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO). Os resultados encontrados oferecem evidências sobre como os maiores investimentos realizados em educação, saúde e segurança, bem como a receita corrente e o gasto com o pessoal tendem a influenciar para uma maior tempestividade.

Em relação às hipóteses adotadas no estudo H3, H4, H6, H9 e H10 foram rejeitadas. Ademais, constatou-se a necessidade de que haja um avanço na tempestividade da homologação dos RREO nos municípios mineiros, além de maior controle acerca da ausência de tempestividade, a fim de incentivar que os relatórios estejam disponíveis conforme a CF/88 e a LRF determinam.

Este estudo contribui para a academia, pois avança ao demonstrar a relação de variáveis econômicas e a tempestividade dos municípios, bem como reforça a pertinência de se analisar a tempestividade no setor público. Adicionalmente, o estudo demonstra a necessidade de se entender a sociedade civil como um *stakeholder* da gestão pública, evidenciando que suas características influenciam o setor público. Os resultados também são úteis para os gestores e políticos, em virtude de demonstrar a necessidade de medidas que ampliem a tempestividade dos municípios e a relação de dados econômicos com a tempestividade.

Em termos práticos, compreender os fatores associados à uma maior tempestividade do setor público pode contribuir para a implementação de ações que acelerem a produção e divulgação das informações públicas, aperfeiçoando a transparência, *accountability* e contribuindo para uma tomada de decisão mais assertiva. Os resultados dos estudos sobre o tema também contribuem para a área contábil na medida em que podem sugerir melhores

práticas contábeis, além da atualização de rotinas e procedimentos visando uma maior tempestividade no setor público.

Como sugestões para pesquisas futuras, indica-se uma pesquisa de abordagem qualitativa para compreender as relações entre aspectos econômicos que podem influenciar a tempestividade.

REFERÊNCIAS

- Abdullah, S. N. (2006). Board composition, audit committee, and timeliness of corporate financial reports in Malaysia. *Corporate Ownership and Control*, 4(2), 33-45.
- Aboutkhadeer, E. A. S., Azam, S. M. F., & Albattat, A. R. S. (2023). The Relationship Between International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) and the Quality of Accounting Information in Libyan Government Sector. *International Journal of Professional Business Review*, 8(1), e0813–e0813. <https://doi.org/10.26668/businessreview/2023.v8i1.813>
- Abu Bakar, N. B., & Saleh, Z. (2011). Incentives for Disclosure of Accounting Information in Public Sector: A Literature Survey. *International Research Journal of Finance and Economics*, 75, 24–38.
- Ahamed, M. J. (2020). Timeliness Value and Free-from-error Quality of Accounting Information: A Study on Commercial Banks. *Asian Business Review*, 10(2). <https://doi.org/10.18034/abr.v10i2.479>
- Akadakpo, B. A., & Mgbame, M. C. (2018). *Value Relevance of Accounting Information: The Moderating Effect of Timeliness*. 2(1), 14.
- Alashi, M. (2020). Relevance of Accounting Information by Measuring the Predictability of Chosen Accounting Items of Manufacturing Firms Listed in Borsa Istanbul (BIST), 40(2), 261–280. <https://doi.org/10.21608/aja.2020.88337>

- Alkhatib, K., & Marji, Q. (2012). Audit reports timeliness: Empirical evidence from Jordan. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 62, 1342-1349.
- Altoé, S. M. L., Ribeiro, F., & Colauto, R. D. (2015). Tempestividade da informação contábil e prática da suavização de resultados: um estudo no mercado de capitais brasileiro. *Revista Mineira de Contabilidade*, 16(3), 17-25.
- Araújo, R. H. M. de, & Callado, A. A. C. (2020). Características qualitativas da informação contábil: a percepção de profissionais de controle interno do setor público. *Management Control Review*, 5(1). <https://doi.org/10.51720/mcr.v5i1.3696>
- Bairral, M. A. D. C., Silva, A. H. C. E., & Alves, F. J. D. S. (2015). Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. *Revista de Administração Pública*, 49(3), 643-675.
- Bashir, A., & Amir, A. (2020). International Public Sector Accounting Standards and Quality of Financial Reporting in the Public Sector of Pakistan: Moderating Role of Accounting Information System. *European Online Journal of Natural and Social Sciences*, 9(2), Artigo 2.
- Batistella, A. J., Magro, C. B. D., Mazzioni, S., & Paulo, E. (2021). Relevância da informação contábil e cultura nacional. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 15, e169533–e169533. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2021.169533>
- Berry, C. R., & Gersen, J. E. (2009). Fiscal consequences of electoral institutions. *The Journal of Law and Economics*, 52(3), 469-495.
- Brugha, R., & Varvasovszky, Z. (2000). Stakeholder analysis: a review. *Health policy and planning*, 15(3), 239-246.
- Bryson, J. M. (1988). A strategic planning process for public and non-profit organizations. *Long Range Planning*, 21(1), 73–81. [https://doi.org/10.1016/0024-6301\(88\)90061-1](https://doi.org/10.1016/0024-6301(88)90061-1)

- Cameron, A.C., and Trivedi, P.K. (1998) *Regression Analysis of Count Data*. Cambridge University Press, Cambridge, UK. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511814365>
- Carmeli, A. (2008). The Fiscal Distress of Local Governments in Israel: Sources and Coping Strategies. *Administration & Society*, 39(8), 984–1007. <https://doi.org/10.1177/0095399707309358>
- Carvalho, C. A. M. et al. (2021) *A fragilidade da participação dos stakeholders em políticas públicas de infraestrutura de transportes: a construção da BR-43*. Dissertação. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Castro, I. E. (2003). Instituições e território. Possibilidades e limites ao exercício da cidadania. *Geosul*, 18(36), 7-28.
- Costa, C. C. de M., Ferreira, M. A. M., Braga, M. J., & Abrantes, L. A. (2015). Fatores associados à eficiência na alocação de recursos públicos à luz do modelo de regressão quantílica. *Revista de Administração Pública*, 49, 1319–1347. <https://doi.org/10.1590/0034-7612130868>
- CPC 00 (2019). Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. *Comitê de Pronunciamentos Contábeis*, Brasília.
- Dahan, N. M., Doh, J. P., & Raelin, J. D. (2015). Pivoting the role of government in the business and society interface: A stakeholder perspective. *Journal of Business ethics*, 131, 665-680.
- Dalmácio, F. Z., & Rezende, A. J. (2008). A relação entre o timeliness e a utilidade da informação contábil e os mecanismos de governança corporativa: evidências no mercado acionário brasileiro. *Base Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS*, 5(3), 163-174.

- Dewi, N., Azam, S., & Yusoff, S. (2019). Factors influencing the information quality of local government financial statement and financial accountability. *Management Science Letters*, 9(9), 1373–1384.
- Donaldson, T., & Preston, L. E. (1995). The Stakeholder Theory of the Corporation: Concepts, Evidence, and Implications. *Academy of Management Review*, 20(1), 65–91. <https://doi.org/10.5465/amr.1995.9503271992>
- Duan, H. K., Vasarhelyi, M. A., Codesso, M., & Alzamil, Z. (2023). Enhancing the government accounting information systems using social media information: An application of text mining and machine learning. *International Journal of Accounting Information Systems*, 48, 100600. <https://doi.org/10.1016/j.accinf.2022.100600>
- Dwyer, P. D., & Wilson, E. R. (1989). An empirical investigation of factors affecting the timeliness of reporting by municipalities. *Journal of Accounting and Public Policy*, 8(1), 29–55. [https://doi.org/10.1016/0278-4254\(89\)90010-0](https://doi.org/10.1016/0278-4254(89)90010-0)
- Edmonds, C. T., Edmonds, J. E., Vermeer, B. Y., & Vermeer, T. E. (2017). Does timeliness of financial information matter in the governmental sector? *Journal of Accounting and Public Policy*, 36(2), 163–176. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2017.02.002>
- Fernandes, C. M., Júnior, A. C. B., & Leroy, R. S. D. (2018). Desempenho tributário e desenvolvimento econômico e social em municípios mineiros. *Perspectivas Contemporâneas*, 13(1), Artigo 1.
- Freeman, R. E. (2010). *Strategic Management: A Stakeholder Approach*. Cambridge University Press.
- Freeman, R. E., & Reed, D. L. (1983). Acionistas e partes interessadas: Uma nova perspectiva sobre governança corporativa. *California Management Review*, 25(3), 88–106. <https://doi.org/10.2307/41165018>

- Firth, M., Rui, O. M., & Wu, X. (2009). The timeliness and consequences of disseminating public information by regulators. *Journal of Accounting and Public Policy*, 28(2), 118–132.
- García-Tabuyo, M., Saez-Martin, A., & Caba-Perez, C. (2017). Proactive disclosure of public information: Legislative choice worldwide. *Online Information Review*, 41(3), 354–377. <https://doi.org/10.1108/OIR-02-2016-0054>
- Gomes, R. C., Liddle, J., & Gomes, L. O. M. (2010). A Five-Sided Model Of Stakeholder Influence. *Public Management Review*, 12(5), 701–724. <https://doi.org/10.1080/14719031003633979>
- Gomes, R. C., Osborne, S. P., & Guarnieri, P. (2020). Influências dos *stakeholders* e desempenho do governo local: Uma revisão sistemática da literatura. *Revista de Administração Pública*, 54, 448–467. <https://doi.org/10.1590/0034-761220180256x>
- Güleç, Ö. F. (2017). Timeliness of corporate reporting in developing economies: Evidence from Turkey. *Journal of Accounting and Management Information Systems*, 16(3), 219–239.
- Ijeoma, N. B. (2014). The impact of International Public Sector Accounting Standard (IPSAS) on reliability, credibility and integrity of financial reporting in state government administration in Nigeria. *International Journal of Technology Enhancements and Emerging Engineering Research*, 2(3), 2347-4289.
- Ifeanyi, N. C., & Chukwuma, U. C. Effectiveness of the Economic and Financial Crimes Commission (EFCC) in Enhancing Accountability in the Nigerian Public Sector. *Developing Country Studies*, 5(8), 145-153.
- Kaur, A., & Lodhia, S. K. (2019). Key issues and challenges in stakeholder engagement in sustainability reporting: A study of Australian local councils. *Pacific Accounting Review*, 31(1), 2-18.

- Ha, T., Hung, D. N., & Thanh, N. T. (2018). The study of factors affecting the timeliness of financial reports: The experiments on listed companies in Vietnam. *Asian Economic and Financial Review*, 8(2), 294-307.
- Lee, M. T., & Raschke, R. L. (2023). Stakeholder legitimacy in firm greening and financial performance: What about greenwashing temptations? *Journal of Business Research*, 155, 113393. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2022.113393>
- Mata, R. S. (2022). Índice de disclosure dos procedimentos contábeis patrimoniais no setor público: uma análise dos municípios do estado do Espírito Santo. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, (21), 16.
- Meijer, A. (2014). Transparency. In M. Bovens, R. Goodin, & T. Schillemans (Orgs.), *The Oxford Handbook of Public Accountability*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199641253.013.0043>
- Meijer, A. J. (2007). Publishing public performance results on the Internet: Do stakeholders use the Internet to hold Dutch public service organizations to account? *Government Information Quarterly*, 24(1), 165–185. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2006.01.014>
- Mendes, W. de A., Ferreira, M. A. M., Abrantes, L. A., & Faria, E. R. de. (2018). A influência da capacidade econômica e da formação de receitas públicas no desenvolvimento humano. *Revista de Administração Pública*, 52(5), 918–934. <https://doi.org/10.1590/0034-761220170004>
- Ologun, O. V., Isenmila, P. A., Omokhudu, O., & Alade, M. E. (2020). IFRS adoption, corporate governance and timeliness of financial reports among Nigerian listed firms. *Accounting and taxation review*, 4(2), 33-56
- Pertiwi, P. K., & Wibowo, P. (2023). Government Reporting and Quality of Public Services: Are They Twins? *Journal of Accounting and Investment*, 24(1), Artigo 1. <https://doi.org/10.18196/jai.v24i1.16193>

- Ramos, F. M., & Klann, R. C. (2019). Relationship between quality in accounting information and organizational characteristics of the third sector entities. *Organizações & Sociedade*, 26, 09–27. <https://doi.org/10.1590/1984-9260881>
- Rezende, F., Cunha, A., & Bevilacqua, R. (2010). Informações de custos e qualidade do gasto público: Lições da experiência internacional. *Revista de Administração Pública*, 44(4), 959–992. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122010000400009>
- Riege, A., & Lindsay, N. (2006). Knowledge management in the public sector: Stakeholder partnerships in the public policy development. *Journal of Knowledge Management*, 10(3), 24–39. <https://doi.org/10.1108/13673270610670830>
- Rodrigues, L. N. (2008). A receita corrente líquida efetiva: considerações sobre o planejamento público municipal. *Pensar Contábil*, 7(28).
- Rudzioniene, K., & Juozapaviciute, T. (2013). Quality of financial reporting in public sector. *Social Sciences*, 82(4), 17-25.
- Salgado, N. D. N. B., & de Souza, P. V. S. (2021). O Efeito da Tempestividade Contábil no Gerenciamento de Resultados de Empresas Brasileiras Listadas na B3. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 039-055.
- Sandria, O., Elfiswandi, & Yamasitha. (2021). Analysis of Factors Affecting the Value of Local Government Financial Reporting Information. *Journal of Business and Economics*, 6(1). <https://doi.org/10.35134/jbe.v6i1.13>
- Suadiye, G. (2019). Determinants of the timeliness of financial reporting: empirical evidence from turkey. *Hacettepe Üniversitesi İktisadi ve İdari Bilimler Fakültesi Dergisi*, 37(2), Artigo 2. <https://doi.org/10.17065/huniibf.399838>
- Silva, L. (2017). *Social control as a democracy defense instrument*. 567214 Bytes. <https://doi.org/10.6084/M9.FIGSHARE.5632144>

- Silva, A. D., Souza, T. R. D., & Klann, R. C. (2016). Tempestividade da informação contábil em empresas familiares brasileiras. *Revista de Administração de Empresas*, 56, 489-502.
- Syahputra, A., & Saraswati, D. (2020). Explanatory Study Related to the Impact of the COVID-19 Pandemic in the Implementation of Public Sector Accountability for Financial Reporting Quality from SKPD in North Sumatera Province, Indonesia. *International Journal of Research and Review*, 7(7), 17-30.
- Tran, Y. T., Nguyen, N. P., & Hoang, T. C. (2021). The role of accountability in determining the relationship between financial reporting quality and the performance of public organizations: Evidence from Vietnam. *Journal of Accounting and Public Policy*, 40(1), 106801. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2020.106801>
- Trocz, P. J. O., Lorenzini, L. P., Vesco, D. G. D., & Walter, S. A. (2022). Prática de responsabilidade corporativa sustentável: Legitimidade a partir da evidenciação e do disclosure voluntário em instituições financeiras de acordo com o relato integrado segundo o IIRC. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, 14(1), Artigo 1. <https://doi.org/10.5380/rcc.v14i1.80037>
- Türel, A. (2009). Timeliness of financial reporting in emerging capital markets: Evidence from Turkey. *İstanbul Üniversitesi İşletme Fakültesi Dergisi*, 39(2), Artigo 2.
- Wang, T., Zhou, L., Mou, Y., & Zhao, J. (2014). Study of country-of-origin image from legitimacy theory perspective: Evidence from the USA and India. *Industrial Marketing Management*, 43(5), 769–776. <https://doi.org/10.1016/j.indmarman.2014.04.003>
- Yuen, K. F., Ong, K. W., Zhou, Y., & Wang, X. (2023). Social media engagement of stakeholders in the oil and gas sector: Social presence, triple bottom line and source

credibility theory. *Journal of Cleaner Production*, 382, 135375.

<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2022.135375>

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Afeiçãoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), código de financiamento 001 e da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais.

Notas de Rodapé

¹ Todos os gastos utilizados no estudo estão relacionados aos pagamentos na perspectiva de caixa.

Economic and financial factors and characteristics that influence the timeliness of public-sector accounting information in municipalities in Minas Gerais

ABSTRACT

Objective: The present study identifies the elements that can influence the timeliness of public sector accounting information, using as proxy the approval of the Summary Reports of Budget Execution (RREO).

Method: Financial, demographic, and internet access data were collected for all 853 municipalities in the state of Minas Gerais for 2019. The data were treated through count data regression using the negative binomial model.

Originality/Relevance: While timeliness allows making informed data available in time to influence decision-making, the literature is still scarce in unveiling the aspects that can influence public-sector timeliness.

Results: Results show that current revenues and public spending in personnel, education, health, and security can positively influence the timeliness of RREO approval.


Theoretical/Methodological contributions: Accounting is not widely used as an object of analysis by stakeholder theory, even though stakeholders are frequently addressed in accounting publications. The literature still lacks more in-depth investigations on the topic, especially in municipal contexts.

Social/Management contributions: This study provides evidence on how higher investments in education, health, and security, as well as current revenue and personnel spending, tend to influence increased timeliness.

Keywords: Timeliness, Summary Reports of Budget Execution, Stakeholders, Public Accounting.

Andréia Lopes Cirino 

Federal University of Viçosa, MG, Brasil
andrea.cirino@ufv.br

Juliana Maria de Araújo 

Federal University of Viçosa, MG, Brasil
juliana.m.araujo@ufv.br

Nathália Amaral Pereira 

Federal University of Viçosa, MG, Brasil
nathaliaapereira@ufv.br

Antônio Carlos Brunozi Júnior 

Federal University of Viçosa, MG, Brasil
antonio.brunozi@ufv.br

Marco Aurelio Marques Ferreira 

Federal University of Viçosa, MG, Brasil
marcoaurelio@ufv.br

Received: February 15, 2024

Revised: June 12, 2024

Accepted: July 15, 2024

Published: December 30, 2024

